

## **A AEEL recebe a notícia da MP 1031/21 com o mesmo espírito de luta que marca sua trajetória.**

O governo de Bolsonaro entregou ontem à Câmara a Medida Provisória 1.031/21, sobre a privatização da Eletrobrás. A priori, a nova MP é a reedição da MP do Temer, com algumas inovações (que não alteram o modelo golpista), que perdeu eficácia por falta de apoio no Congresso, pela aguerrida luta dos trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Eletrobrás e da sociedade civil organizada, que deram aos parlamentares dados e informações verdadeiras sobre a Eletrobrás e o modelo expropriatório proposto.

Entretanto, como já havíamos alertado, com o cenário político atual de forte cooptação engendrada pelo Governo Federal, a luta será muito intensa, mas acreditamos que venceremos e arquivaremos mais essa MP, principalmente porque temos ao nosso lado a população brasileira e, também, os agentes econômicos que, com certeza, terão seus ganhos reduzidos com o aumento de seus custos de produção e dependência em um cenário de baixa oferta de energia.

As empresas Eletrobrás constituem alicerces fundamentais para a integração energética do Brasil e provisão de energia com qualidade, modicidade, continuidade e quantidade para as famílias de norte a sul do país.

Não pouparemos esforços em defender a Eletrobrás nas múltiplas arenas, seja junto a parlamentares de diversos espectros políticos, especialistas, presidenciáveis, mídia, população, consumidores, empresariado, governadores, juízes e áreas técnicas do governo, como já temos feito desde 2017.

Estamos conscientes do papel da Eletrobrás relativo a:

- Universalização do acesso à energia, base para inclusão social;
- Estratégia nacional de defesa, soberania, guardião dos interesses brasileiros no uso da energia na Amazônia Legal, diálogo com populações ribeirinhas e redução de riscos de racionamento;
- Força motriz da engenharia nacional, parceria com universidades, geração de empregos, formação de profissionais de ponta, compra de equipamentos e contratação de serviços no território nacional;
- Plataforma de desenvolvimento nacional, regional, local e fronteiriço;
- Mecanismo para se evitar explosões tarifárias, excesso de poder de mercado de agentes privados e multinacionais estrangeiras, especulação e financeirização/mercantilização do uso da energia;
- Promoção de políticas industriais e energéticas seletivas, garantindo a diversidade da matriz elétrica para as futuras gerações;
- Insumo fundamental para se evitar a primarização exacerbada da economia brasileira, haja vista o papel chave da energia na transformação industrial e valor adicionado;
- Viabilização de projetos estruturantes e de interesse nacional, haja vista a sua capilaridade no território nacional;
- Símbolo de integração nacional, pois se seus ativos estivessem em solo europeu, interligariam quase toda a Europa;
- Elemento chave para garantir interesse público e coletivo em relação ao uso múltiplo das águas e se evitar a apropriação da água por grupos estrangeiros;
- Última barreira para se evitar que o mercado brasileiro seja dominado por multinacionais francesas, americanas, alemãs, italianas, japonesas, canadenses, espanholas, chinesas e

portuguesas que operam no setor, além de empresas comandadas por bancos e grandes bilionários;

- Forma de se evitar que os dividendos da comercialização de energia descotizada sejam usados para financiar as dezenas de fundos de pensão norte-americanos e europeus que enchem os seus bolsos de ações preferenciais da Eletrobras (para bancar a aposentadoria dos idosos nos países desenvolvidos) enquanto Paulo Guedes luta pelo sucateamento da Previdência, degradação do SUS, serviços públicos, empresas públicas, além da letargia no Ministério da Economia (tão protegido pela mídia) e Ministério da Saúde em relação a pandemia que ceifou a vida de milhares de brasileiros (sem contar a subnotificação já alertada por diversos especialistas em saúde pública);
- Valorização do concurso público, forma mais legítima, isonômica e democrática de ingresso na companhia;
- Potencialização de que as economias de escala de sua atuação sinérgica sejam apropriados a maior parte pelo Estado Brasileiro, ao invés de encher os bolsos de bilionários que ficaram mais bilionários durante a pandemia global;
- Elemento chave para auxiliar a União no cumprimento dos deveres constitucionais em relação a provisão de energia como base para a cidadania em meio a revolução digital;
- Salvaguarda a população brasileira para se evitar que crises energéticas como a da Califórnia (2000), racionamento do governo FHC (2001/02), Amapá (2021) e Texas (2021) solapem o dia a dia da população brasileira e gerem custos extraordinários para a população.

Em relação ao debate público da privatização da Eletrobras, deixaremos claro:

- Os nomes de fundos de pensão estrangeiros com participação no capital social da Eletrobras, os fundos de investimento da elite financeira global e nacional e a participação de bilionários conhecidos no meio político (caso dos donos da 3G Radar e da Ambev) e os seus interesses particulares na capitalização da Eletrobras;
- Os números desta engenharia perversa que, no longo prazo, trará lucros extraordinários para os acionistas privados nacionais e internacionais da Eletrobras e sucumbirá o Brasil a riscos de descontinuidade, desinvestimento, explosões tarifárias e poder de mercado de um grupo privado com atuação robusta em todo território nacional;
- As experiências internacionais de como países desenvolvidos cuidam com zelo e estratégia de seus ativos hídricos;
- A estratégia equivocada da lógica neoliberal de privatizar ativos prontos, em operação comercial, amortizados, ao invés de estimular novos investimentos que geram emprego, renda, compra de equipamentos e obras decorrentes da agregação de capacidade instalada de geração e linhas de transmissão para o crescimento das cidades e uso das futuras gerações de brasileiros;
- As conexões entre fundos, acionistas minoritários da Eletrobras, diretores da Eletrobras, conselheiros da Eletrobras, banco com ligações históricas com o Ministro da Economia, diretores financiadores da campanha eleitoral de ex-ministros que os nomearam e graves conflitos de interesse na governança da Eletrobras ao longo dos últimos governos;
- Números que comprovam a falta de materialidade da auto-regulamentação dos mercados no Brasil (temos um mercado que cresceu mais de 13.000% o número de agentes operando na CCEE desde 2000 e mais de 700 transações societárias desde 1997, o que mostra que o setor não tem barreira de entrada mas busca continuamente economias de escala);

Sendo assim, entendemos que a Eletrobras, junto com a Petrobras e o BNDES, maximizam as possibilidades de um Estado Desenvolvimentista e devem estar comprometidas com interesses soberanos do povo brasileiro. Conclamamos os militares nacionalistas, que já tiveram um papel chave na história da Eletrobras e na compra de empresas estrangeiras pelo governo brasileiro (caso da Amforp na década de 60 e da Light na década de 70) a se posicionarem publicamente em relação a este assunto.

A Eletrobras é substancialmente mais relevante para o país gerando e transmitindo energia para as atuais e futuras gerações do que sendo utilizado para redução inexpressiva da dívida pública e exacerbação de conchavos entre uma parcela da classe política, ministros com ligações umbilicais com o sistema financeiro, bilionários locais (acionistas da Eletrobras) que financiam candidatos ao Executivo e ao Legislativo sob a égide da nova política e entreguistas.

Nas próximas semanas, divulgaremos um estudo completo sobre a Medida Provisória para mostrar a população brasileira e aos parlamentares os interesses não republicanos que estão atrelados a este projeto capitaneado pelo ex-banqueiro e Ministro da Economia Paulo Guedes e seus colegas da Faria Lima em relação ao setor elétrico brasileiro.

Desse modo, (i) **NÃO** ao modelo expropriatório proposto; (ii) **NÃO** à expropriação da Eletrobras por um pequeno grupo de acionistas minoritários, a custo zero (todo o dinheiro colocado será encontrado no caixa da empresa); (iii) **NÃO** à descotização (que explora financeiramente as já combatidas população e empresas brasileiras); (iv) **NÃO** à elevação do Custo Brasil e redução da competitividade da economia brasileira; (v) **NÃO** à precariedade do Sistema Elétrico Brasileiro; (vi) **NÃO** ao grande golpe econômico e financeiro que querem aplicar nas barbas da população brasileira.

Por fim, enalteçemos a mensagem do Presidente Vargas, na sua Carta Testamento de 1954, dos interesses externos e internos contra a criação da Eletrobras que, após longa luta de ampla parcela da população brasileira num período de racionamentos contínuos nas grandes capitais e escuridão no interior do Brasil, conseguiu sair do papel em 1962.

*"Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. **A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero.** Não querem que o trabalhador seja livre.(...) Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história".*

***(Carta Testamento Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 23/08/54)***

**Compartilhem este informe com os colegas!**

**Juntos somos mais fortes!**

**ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))**

**A Diretoria, em 24 de fevereiro de 2021.**  
**Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL**

